



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



**EMERON**  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986  
Conhecimento a Serviço da Cidadania

## **PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA - EDCM 2023**

# **P r o v a**

Cacoal, 7 de fevereiro de 2023

### **Instruções Gerais/Leia com atenção:**

- 1 - Você recebeu sua Folha de Respostas e este Caderno contendo 40 questões objetivas.
- 2 - A duração da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo para a transcrição das respostas definitivas.
- 3 - O candidato só poderá deixar a sala após 60 minutos do início da prova.
- 4 - Verifique se as questões estão legíveis e sem rasura.
- 5 - Para cada questão, existe somente uma alternativa correta.
- 6 - Marque as respostas à caneta (azul/preto) na folha de respostas, a qual não poderá ser substituída, sendo o preenchimento de total responsabilidade do candidato.
- 7 - Será considerada nula a questão que estiver em branco ou que tiver mais de uma alternativa assinalada ou rasurada.
- 8 - Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 9 - Durante a prova, não será permitido ao candidato, o uso de aparelhos celulares, smartphones, tablets, computadores e outros aparelhos eletrônicos, devendo estes permanecer desligados.
- 10 - Ao término da prova, entregue a Folha de Respostas ao responsável pela sala.
- 11 - Aguarde o sinal do fiscal de provas para a abertura deste Caderno de Questões.

## DIREITO CIVIL

1 - Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A ação anulatória submete-se ao prazo prescricional genérico de cinco anos.
- B) A fraude contra credores e a fraude à execução são causas de nulidade.
- C) A doação para a concubina é anulável, no prazo de dois anos, contados do término do casamento.
- D) A simulação é uma causa de anulabilidade do negócio jurídico.

2 - Acerca da prescrição e da decadência, assinale a opção INCORRETA.

- A) Embora refira-se a interesses privados patrimoniais e relativos, a prescrição não admite renúncia antecipada, pois seus prazos são de ordem pública.
- B) Na constância de cláusula de garantia, correrá primeiro o prazo decadencial legal e, somente após o encerramento deste, fluirá o prazo decadencial convencional.
- C) Prescrição é a perda da pretensão concernente a direitos subjetivos e relativos.
- D) Só existe decadência se houver prazo previsto em lei para o exercício do direito potestativo.

3 - Sobre o tema posse e propriedade, no que diz respeito à usucapião, assinale a alternativa CORRETA conforme o Código Civil e o STJ:

- A) Declarada a usucapião, o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- B) A usucapião conjugal, também denominada usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal, configura-se pelo exercício por 5 anos ininterruptos de posse direta, com exclusividade, sobre imóvel rural ou urbano de até 250m<sup>2</sup>, cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- C) Presume-se bem público aquele que não possui registro imobiliário, não podendo ser objeto de ação de usucapião.
- D) Embora a usucapião seja forma de aquisição originária da propriedade, os ônus reais, por acompanharem a coisa, permanecem mesmos que gravados antes da declaração da usucapião.

4 - O princípio da vedação ao venire contra factum proprium, derivado da boa fé objetiva, dentre os que norteiam as relações contratuais, pode ser definido como:

- A) Ampliação da prestação contratual pela inatividade de uma das partes.
- B) Vedação à exigência de cumprimento da prestação antes de cumprir a sua parte.
- C) O exercício de um comportamento contrário aos comportamentos que uma das partes vinha tendo até aquele momento, frustrando a legítima expectativa criada na outra parte de que tais comportamentos continuariam.
- D) Redução da prestação contratual pela inatividade de uma das partes.

5 - Em caso de rescisão por inadimplemento de compromisso de compra e venda, havendo realizado o adquirente benfeitorias em imóvel em loteamento

- A) terá direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, sendo ineficaz disposição contratual em contrário.
- B) terá direito à indenização apenas das benfeitorias necessárias e úteis, salvo disposição em contrário no contrato.
- C) terá direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, sendo ineficaz disposição contratual em sentido contrário.
- D) não terá direito à indenização pelas benfeitorias, salvo se o contrário dispuser o contrato.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6 - Nos termos do CPC/2015, não é considerada uma modalidade de intervenção de terceiro:

- A) Amicus curiae
- B) Nomeação à autoria
- C) Denúnciação da lide
- D) Chamamento ao processo

7 - No que diz respeito à classificação, o litisconsórcio pode ser, EXCETO:

- A) Inicial ou ulterior
- B) Unitário ou complexo
- C) Ativo, passivo ou misto
- D) Necessário ou facultativo

12 - Qual recurso visa preservar a uniformidade da aplicação da legislação federal no país?

- A) Recurso Ordinário;
- B) Recurso Extraordinário;
- C) Agravo Interno;
- D) Recurso Especial;

8 - Sobre o litigante de má-fé, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Altera a verdade dos fatos ou usa do processo para conseguir objetivo ilegal.
- B) Interpõe recurso contra decisões interlocutórias.
- C) Opõe resistência injustificada ao andamento do processo.
- D) Deduz pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.

13 - As custas processuais, quando devidas, devem ser pagas e a comprovação deve seguir junto com a apelação. Caso isso não aconteça, o que deverá ocorrer?

- A) A parte será intimada para pagar o valor das custas e comprovar nos autos em 48 horas;
- B) A parte será intimada para pagar o valor das custas e comprovar nos autos em 5 dias;
- C) O recurso não ser conhecido;
- D) O recurso seguirá normalmente:

9 - Sobre tutela provisória de urgência, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Pode ser requerida na petição inicial ou no curso do processo.
- B) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- C) A tutela de urgência poderá ser de caráter antecipado ou acautelatório.
- D) Da decisão que concede ou nega tutela provisória não cabe agravo de instrumento.

14 - Mateus é parte em processo judicial que tramita na Vara Cível da Comarca Porto Velho. Inconformado com a sentença proferida pelo juiz da causa, que julgou procedente o pedido para condenar o réu em 10 mil reais, decide recorrer. De acordo com as informações hipotéticas, o recurso adequado a ser interposto é:

- A) Embargos de declaração.
- B) Apelação.
- C) Recurso ordinário.
- D) Agravo de instrumento.

10 - A repercussão geral é um requisito específico para qual recurso?

- A) Agravo de Instrumento;
- B) Recurso Especial;
- C) Apelação;
- D) Recurso Extraordinário;

15 - A regra geral no processo civil é que recurso não tenha efeito suspensivo; todavia, por determinação legal, possui tal efeito em regra:

- A) Apelação.
- B) Embargo de divergência.
- C) Agravo de instrumento.
- D) Suspensão de segurança.

11 - Qual recurso foi excluído do Novo CPC?

- A) Recurso Ordinário;
- B) Embargos Infringentes;
- C) Agravo Interno;
- D) Embargos de Divergência;

### DIREITO ELEITORAL

16 - O princípio segundo o qual a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência pode ser definido corretamente como:

- A) Princípio da democracia representativa
- B) Princípio da legalidade eleitoral
- C) Princípio da celeridade eleitoral
- D) Princípio da anualidade eleitoral

### DIREITO AMBIENTAL

17 - Em matéria de princípios de Direito Ambiental é correto afirmar que:

I - No âmbito doutrinário, ainda inexistente uma sistematização uniforme do direito ambiental brasileiro.

II - A interpretação do direito ambiental sofre variações a depender da visão desenvolvida por cada autor.

III - É possível identificar princípios fundamentais que caracterizam o direito do ambiente e que são alvos da preocupação dos mais diversos doutrinadores nacionais.

- A) I e II estão corretas.
- B) I e III estão corretas.
- C) II e III incorretas.
- D) Todas estão corretas.

### DIREITO DO CONSUMIDOR

18 - No que pertine à relação de consumo, assinale a alternativa CORRETA.

A) Destinatário final é aquela pessoa, física ou jurídica, que adquire ou se utiliza de produtos ou serviços para uso comercial.

B) Para a teoria maximalista o Código de Defesa do Consumidor só deve ser aplicado para proteger os efetivamente mais fracos, sob pena de banalizá-lo e esvaziar o seu conteúdo.

C) Segundo posicionamento consolidado no STJ, a comprovação da vulnerabilidade da pessoa física é pressuposto para o enquadramento desta no conceito de consumidor previsto no CDC.

D) O primeiro e mais importante conceito de consumidor - por isso chamado de padrão, standard ou strictu sensu - está definido no art. 2º, caput, que diz: "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final".

### DIREITO PENAL

19 - Sobre classificação de crime é correto afirmar, EXCETO:

A) Crime vago é aquele que não atinge a sua consumação, portanto, apenas tentado.

B) Homicídio é um crime material, unisubjetivo e plurissubsistente.

C) Roubo é um crime instantâneo, já o sequestro é um crime permanente.

D) Crime de atividade é também conhecido como crime formal ou de mera conduta.

20 - A respeito das afirmações abaixo, marque a resposta CERTA.

I – Matar o próprio pai para ficar com a sua herança constitui homicídio qualificado pela futilidade.

II – De acordo com jurisprudência predominante, a ausência de motivos na prática do homicídio, ou seja, matar alguém sem motivo, permite o acolhimento da qualificadora da futilidade.

III – A discussão intensa e séria entre agressor e vítima, antes do homicídio, afasta, em tese, a figura da qualificadora da futilidade

A) Apenas a II está correta

B) II e III estão corretas.

C) Apenas a III está correta.

D) Apenas a I está correta.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

21 - As Fontes do processo penal podem ser Materiais ou Formais.

As Fontes Materiais do processo penal são também chamadas de fontes de produção, porque leva em conta os órgãos criadores da legislação processual penal. Exemplo: União tem competência privativa de legislar sobre processo penal (art. 22, I, CF), Estados/ Distrito Federal possuem competência concorrente em processo (art. 22, § único, CF).

As Fontes Formais do processo penal são também chamadas de fontes de cognição porque leva em conta o modo do processo penal se revelar, de se tornar conhecido. Exemplo: lei, etc.

Fontes Formais se dividem em: a) Direta (Órgãos elaboradores da Lei); e, b) Fontes Materiais Indireta (movimentos que fazem o processo de criação das leis ter início).

Fontes Materiais se dividem em: a) Primárias ou imediatas (a lei); e, b) Secundária ou Mediatas (costume, PGD e analogia).

Levando em conta as premissas acima, estão corretas as afirmações constantes nos itens:

A) I e III

B) II e IV

C) I e II

D) III e IV

22 - A Ação Penal pode ser pública, quando deverá ser proposta pelo Ministério Público ou privada, quando deverá ser iniciada pelo particular (ofendido ou sucessor).

I - Na Ação Penal Privada vigem os princípios da obrigatoriedade, indisponibilidade e divisibilidade enquanto que na Ação Penal Pública os princípios são da oportunidade/conveniência, disponibilidade e indivisibilidade.

II - Conforme artigo 60 do CPP, perempção ocorre quando: a) o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos; b) falecendo o querelante, não comparecer em 60 dias o sucessor; c) falta a ato processual; d) deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais; e, e) extinção da pessoa jurídica querelante, sem sucessor.

III - A Ação Penal Pública pode ser condicionada ou incondicionada, enquanto a Ação Privada pode ser personalíssima, exclusiva ou subsidiária da pública.

IV – Ação Penal Privada Exclusiva é aquela que só pode ser proposta pelo(a) ofendido(a), enquanto que a Ação Penal Personalíssima é aquela que pode ser proposta pelo(a) ofendido(a) ou seu(sua) sucessor(a).

Levando em conta as premissas acima, estão CORRETAS as afirmações constantes nos itens:

A) I e IV

B) I e II

C) III e IV

D) II e III

23 - Uma das inovações trazidas pela Lei Nº. 13.964/2019, que ficou conhecida como “Pacote Anticrime” é o instituto do Acordo de Não Persecução Penal - ANPP. O referido acordo, que ocorre na fase pré-processual, pode ser entabulado entre:

A) Juiz e promotor de justiça

B) Juiz e a vítima

C) Promotor e suposto infrator

D) Juiz e o infrator

24 - As Audiências de Custódias foram instituídas inicialmente pela Resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça e, a partir da Lei 13.964/2019 passou a ser prevista no Código de Processo Penal. De acordo com o estatuto processual, qual das alternativas abaixo é FALSA.

A) Na audiência de custódia o juiz poderá relaxar a prisão ilegal ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou ainda conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

B) Não é possível, ao juiz na audiência de custódia, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento obrigatório a todos os atos processuais se for verificado pelo magistrado que o crime atribuído ao custodiado fundamentadamente, tiver sido praticado em legítima defesa.

C) A autoridade que deu causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido de 24 horas, responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão.

D) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

25 - Assinale a alternativa CORRETA.

B) Um dos desdobramentos do princípio da presunção de inocência é que, como regra, qualquer restrição à liberdade do investigado ou acusado somente será admitida após a condenação definitiva.

C) Considerando o Princípio da Motivação, o juiz deverá justificar a decisão tomada, fornecendo uma argumentação convincente, indicando a legitimidade das escolhas feitas.

E) Todas as respostas acima estão corretas.

A) O princípio da Ampla Defesa está consagrado na Constituição Federal e também na Convenção Americana de Direitos Humanos - CADH.

26 - O prazo de 6 meses para o oferecimento da representação é contado:

A) Do dia em que se consumou o delito

B) Nenhuma das alternativas anteriores está correta

C) Do dia em que foi praticada a ação ou omissão

B) Do dia em que a vítima vier a saber quem é o autor do crime.

27 - A suspensão condicional do processo é cabível

A) Somente nas infrações de menor potencial ofensivo cuja pena máxima cominada for igual ou inferior a um ano.

B) Em qualquer crime cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.

C) Em qualquer crime cuja pena máxima cominada for igual ou inferior a um ano.

D) Somente nas infrações de menor potencial ofensivo cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.

28 - Considere que é efetivada a citação por hora certa e, mesmo assim, o acusado não comparece para se defender e nem constitui advogado. Nessa hipótese:

A) ser-lhe-á nomeado defensor dativo e o processo seguirá seu curso.

B) será tentada a citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

C) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de produção antecipada de provas.

D) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

29 - Sobre o controle de constitucionalidade nos tribunais, aponte a alternativa CORRETA.

A) Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

B) Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

C) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

D) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

30 - Assinalar a alternativa CORRETA.

A) Os Estados podem instituir um sistema próprio de fiscalização e tutela in abstracto do direito objetivo positivado no texto constitucional federal, mediante ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça.

B) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal ofensiva de norma constitucional estadual, quando essa reproduz dispositivo da Constituição da República, de observância obrigatória pelos Estados.

C) O único controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, que se admite, seja em face da Constituição da República, seja em face da Constituição Estadual, é o difuso.

D) O Supremo Tribunal Federal não tem competência para processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal, frente à Constituição Federal.

31 - Assinalar a alternativa CORRETA.

A) Excepcionalmente, para que não se frustrem os seus objetivos, a medida cautelar poderá revestir-se de eficácia ex nunc, desde que o Supremo Tribunal Federal expressamente assim o determine.

B) Embora a medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, revista-se, ordinariamente, de eficácia ex nunc, poderá o Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, em decisão expressa, outorgar-lhe eficácia retroativa, com repercussão sobre situações pretéritas.

C) Tendo em vista as suas repercussões financeiras, a eficácia ex tunc é incompatível com a provisoriedade inerente à medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade.

D) A medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia ex tunc, produzindo efeitos a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal a defere.

32 - Considerando os atos normativos abaixo, assinale a alternativa que relaciona aquele(s) que pode(m) ser objeto(s) de controle concentrado de constitucionalidade.

I. As instruções normativas editadas pelas autoridades federais.

II. As convenções coletivas de trabalho, dado o seu caráter normativo.

III. O decreto legislativo federal expedido para sustar determinada licitação, destinada à compra de material escolar por órgão da União.

IV. O decreto legislativo ratificador de tratado internacional.

A) Apenas os atos normativos mencionados nos itens II e IV.

B) Apenas o ato normativo mencionado no item III.

C) Apenas o ato normativo mencionado no item IV.

D) Apenas os atos normativos mencionados nos itens II e III.

33 - Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA.

I. O Supremo Tribunal Federal, por ausência de previsão constitucional, não dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra qualquer órgão ou autoridade da República, mesmo que o ato hostilizado tenha emanado do próprio Presidente da República, ou das Mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou ainda de qualquer dos Tribunais Superiores da União.

II. A Súmula Vinculante, a qual só pode ser formada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, não vincula, entretanto, o Poder Legislativo quando este exerce atividade jurisdicional stricto sensu.

III. Compete ao Supremo Tribunal Federal o controle jurisdicional dos atos de Comissão Parlamentar de Inquérito que envolvam ilegalidade ou ofensa a direitos individuais, na medida em que a Comissão Parlamentar de Inquérito procede como se fosse a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou o Congresso Nacional como um todo.

IV. Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.

- A) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- B) Estão corretas todas as assertivas.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

34 - Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA.

Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros:

I. Restringir os efeitos da declaração, tendo em vista razões de segurança jurídica.

II. Decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado, em razão de excepcional interesse social.

III. Decidir que ela só tenha eficácia a partir de determinado momento pela Corte fixado.

- A) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- B) Estão corretas todas as assertivas.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

35 - Conforme o Código Tributário Nacional – CTN, a natureza específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- A) A repartição do produto da arrecadação entre os entes federativos;
- B) A competência tributária estabelecida pela Constituição Federal.
- C) A denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- D) Os institutos jurídicos do sistema tributário;

## DIREITO ADMINISTRATIVO

36 - O ordenamento jurídico pátrio agasalha regimes jurídicos de natureza distinta. A Administração pública:

- A) Submete-se a regime jurídico de direito público, podendo, por ato próprio, de natureza regulamentar, optar por regime diverso, em razão do princípio da eficiência e da gestão administrativa responsável, e adequado planejamento.
- B) Quando emprega modelos privatísticos, é integral sua submissão ao direito privado.
- C) Pode submeter-se a regime jurídico de direito privado ou a regime jurídico de direito público, conforme disposto pela Constituição Federal ou pela lei.
- D) Obrigatoriamente submete-se a regime jurídico de direito público em matéria contratual.

37 - Constitui modalidade de vacância de cargo público:

- A) Reintegração.
- B) Recondição.
- C) Exoneração.
- D) Aproveitamento.

38 - Acerca da responsabilidade civil do Estado assinale a opção CORRETA.

- A) O Direito Administrativo brasileiro não consagra a teoria do risco integral, sendo sempre admitida a demonstração de culpa exclusiva da vítima ou do terceiro para o fim de afastar o dever de indenização;
- B) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;
- C) O Estado não responde civilmente por homicídio de detento ocorrida no interior de unidade prisional, pois o ato doloso que atentou contra a vida da vítima foi causado por terceiro;
- D) A responsabilidade civil do Estado é, em regra, subjetiva, devendo ser evidenciada a culpa do servidor para que o ente público seja responsabilizado;

39 - Assinale a alternativa CORRETA.

- A) São inadmissíveis, em processos administrativos de qualquer espécie, provas consideradas ilícitas pelo Poder Judiciário;
- B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a constituição;
- C) O Poder Judiciário pode, fundamentadamente, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia;
- D) Os bens públicos são absolutamente inalienáveis;

### DIREITO EMPRESARIAL

40 - O direito empresarial evoluiu, ao longo do tempo, passando por três fases. Na fase atual, quais dos elementos indicados a seguir são considerados indispensáveis para a existência de uma empresa?

- A) Atividade, empresário e estabelecimento.
- B) Lucro, sociedade e aviamento.
- C) Produção racional, comercialização dos produtos e função social.
- D) Eficiência, registro no órgão competente e estabilidade.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**EMERON**  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986  
Conhecimento a Serviço da Cidadania

## PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA - EDCM 2023

### INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. USE EXCLUSIVAMENTE CANETA ESFEROGRÁFICA COMUM AZUL/PRETO.
2. NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.
3. NÃO FAÇA QUALQUER MARCA OU ANOTAÇÃO FORA DOS LOCAIS PREVISTOS.
4. PREENCHA, COMO INDICADO AO LADO, A ALTERNATIVA CONSIDERADA CORRETA.

PREENCHIMENTO CORRETO → ●

NÃO PREENCHA ASSIM → ○ × ✓ ✱

Nome:

CPF nº:

### FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÕES 01 a 10	
01	(A) (B) (C) (D)
02	(A) (B) (C) (D)
03	(A) (B) (C) (D)
04	(A) (B) (C) (D)
05	(A) (B) (C) (D)
06	(A) (B) (C) (D)
07	(A) (B) (C) (D)
08	(A) (B) (C) (D)
09	(A) (B) (C) (D)
10	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 11 a 20	
11	(A) (B) (C) (D)
12	(A) (B) (C) (D)
13	(A) (B) (C) (D)
14	(A) (B) (C) (D)
15	(A) (B) (C) (D)
16	(A) (B) (C) (D)
17	(A) (B) (C) (D)
18	(A) (B) (C) (D)
19	(A) (B) (C) (D)
20	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 21 a 30	
21	(A) (B) (C) (D)
22	(A) (B) (C) (D)
23	(A) (B) (C) (D)
24	(A) (B) (C) (D)
25	(A) (B) (C) (D)
26	(A) (B) (C) (D)
27	(A) (B) (C) (D)
28	(A) (B) (C) (D)
29	(A) (B) (C) (D)
30	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 31 a 40	
31	(A) (B) (C) (D)
32	(A) (B) (C) (D)
33	(A) (B) (C) (D)
34	(A) (B) (C) (D)
35	(A) (B) (C) (D)
36	(A) (B) (C) (D)
37	(A) (B) (C) (D)
38	(A) (B) (C) (D)
39	(A) (B) (C) (D)
40	(A) (B) (C) (D)

NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.